



## 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

### SERVIÇO SOCIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL: UMA ANÁLISE DO CONHECIMENTO FOMENTADO NOS CURSOS PRESENCIAIS DO RIO GRANDE DO NORTE - RN

Ferdinanda Fernandes Gurgel Rego<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo objetiva discutir a responsabilidade social nos cursos presenciais de Serviço Social no RN. Metodologicamente, este trabalho tem natureza qualitativa, com pesquisas de campo e documental. Conclui-se que a temática aqui é abordada nos Projetos Pedagógicos e Matrizes Curriculares de forma transversal, sendo uma nova demanda a profissão, que necessita ampliar as produções teóricas e espaços de discussão.

**Palavras-chave:** Responsabilidade Social. Formação profissional. Serviço Social.

**Abstract:** This article aims to discuss social responsibility in the social work courses in RN. Methodologically, it has a qualitative nature with field and documentary research. It is concluded that the theme is approached in the Pedagogical Projects and Curricular Matrix in a transversal way, being a new demand the profession needing to expand the theoretical productions and spaces of discussion.

**Keywords:** Social Responsibility. Professional qualification. Social Work.

## 1 INTRODUÇÃO

Vivenciam-se tempos de capitalismo, o que traz uma série de impactos para os trabalhadores, como reordenamento dos postos de trabalho, aumento do exército industrial de reserva, a forma como se relacionam com o meio em que vivem e com os bens produzidos (MOTA, 2008). Porém, tais tempos também trazem mudanças consideráveis às empresas e organizações, principais sustentáculos desse sistema, devendo elas buscarem novas estratégias de manutenção e de subsistência no mercado concorrencial e na sociedade.

Eis que essa é uma nova demanda que deve ser elemento de estudos, a fim de promover uma reflexão sobre o papel das organizações. De acordo com Costa (2013), os estudos referentes à responsabilidade social (RS) nos países mais desenvolvidos acumulam grande número de obras, enquanto no Brasil eles ainda estão se desenvolvendo, necessitando sempre de ampliação. É válido ressaltar que a RS perpassa as mais diversas áreas do saber, requerendo ser discutida no interior das categorias profissionais para que esta se perceba como parte dessa nova conjuntura.

---

<sup>1</sup> Profissional de Serviço Social, Universidade Federal Rural do Semi Árido, E-mail: ferdinandaf@hotmail.com.

Nesse mesmo sentido, as profissões têm suas ações inovadas e reinventadas com vistas a responder às demandas que se aproximam. Da mesma forma, para manutenção de sua utilidade social, corroborando a ideia de Yamamoto (2007), o Serviço Social precisa adequar-se às novas demandas que lhes são impostas e dar-lhes respostas.

Desse modo, é interessante entender que as demandas e perspectivas referentes às profissões dão-se a partir dos contextos social e histórico em que se encontram os trabalhadores. É fato que a formação (e mesmo atuação) dos profissionais de Serviço Social é mais voltada para o âmbito público, porém, nos dias atuais, esse fator tem sido sensivelmente alterado, em consonância com o movimento macrossocietário. As novas demandas que surgem são decorrência do tipo de inserção da profissão, o que representa a não-estaticidade, já que tais demandas decorrem do modo de produção capitalista. Uma demanda que emerge a cada dia mais ao Serviço Social é a atuação dos profissionais dessa área em empresas e no terceiro setor, sendo recrutados a atuarem diretamente com as práticas de RS institucionais.

Assim, o presente trabalho foi fruto de pesquisa de Mestrado na área interdisciplinar de Ambiente, Tecnologia e Sociedade, visando ampliar as discussões no âmbito acadêmico que perpassam as temáticas sobre RS e Serviço Social, contribuindo, dessa forma, para o aprofundamento no debate e ampliação de publicações na área, com o viés da interdisciplinaridade.

Ao se pensar na relevância do presente estudo, compreende-se que é sempre importante e necessário contribuir para novas discussões acadêmicas, possibilitando o abrir de novos horizontes e a observação de novas perspectivas de atuação profissional, sem se esquecer das demandas tradicionais.

## **2 RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL**

A temática responsabilidade social corporativa ganha destaque no cenário mundial, especificamente na Europa, a partir de 1960, e, de acordo com Siqueira (2005), as décadas de 1970 e 1980, marcam um momento em que se passou a encarar essa temática como de relevância para o mundo acadêmico/ científico. Consonante a esse movimento, a partir da década de 1980, no cenário nacional, ocorre mudança no olhar do empresariado sobre os problemas sociais que já atingiam a sociedade.

De acordo com Siqueira (2005), o tema (RS) só ganharia repercussão nacional a partir da campanha “Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida” que fora idealizada por Herbert de Souza, o Betinho, no ano de 1993.

Schwartz e Carroll (2003) afirmam que a responsabilidade social nas empresas possui três domínios ou dimensões, que são: o legal, o ético e o econômico. Essas

dimensões apresentam-se interligadas, já que esse processo se dá a partir de motivações que se expressam no campo econômico (voltado aos impactos diretos e indiretos no desenvolvimento econômico do empreendimento), no campo da responsabilidade legal (respostas das empresas à normas e princípios legais) e no campo ético (que representa a expectativa que os clientes internos e externos têm sobre a empresa em questão).

A NBR 16001:2004 caracteriza-se como norma regulamentadora de responsabilidade socialversa, que é “a relação ética e transparente da organização com todas as suas partes interessadas, visando o desenvolvimento sustentável”. Para o Instituto Ethos (2004) a responsabilidade social empresarial se dá por meio de relação com ações e práticas que visem relação ética e transparente entre empresa e público e compromisso com o futuro da sociedade, a partir do estabelecimento de metas consonantes ao desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Desse modo, percebe-se que as políticas sociais que partem das iniciativas privadas, possuem outro caráter, estando relacionadas à manutenção do capital, no sentido de mediar interesses de classes antagônicas, que possuem interesses divergentes. Essa demanda surge a partir da globalização, de trocas constantes de informações e especialmente da reestruturação produtiva, em que traz à tona novos perfis exigidos dos trabalhadores, novas formas de atuação para se conseguir cada vez mais a ampliação dos faturamentos e o aumento no domínio dos mercados interno e externo.

De acordo com Amaral e Cesar (2009), essa é uma tendência que diariamente vem sendo reafirmada no Brasil, com parceria entre empresas e Estado, e que vem deslocando do primeiro ao segundo recursos públicos, com vistas ao desenvolvimento de ações. Reafirma-se a partir disso a articulação do poder público com o privado, constituído como relação de sobreposição dos interesses privados sobre o bem público. As ações de responsabilidade social devem ultrapassar práticas simplistas de caridade, devendo elas se tornarem efetivo compromisso político das organizações, extrapolando interesses econômicos ou obrigações legais.

### **3 SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO EMPRESARIAL**

O Serviço Social no Brasil surge a partir do sentimento de necessidade, não dos trabalhadores, mas dos burgueses, em partida da consolidação e avanços da Revolução Industrial, no qual os trabalhadores eram destituídos de direitos, eram explorados em seus trabalhos, por vezes, sendo obrigados a desempenhar longas jornadas de trabalho, em

ambientes insalubres, com salários irrisórios, sem direito a férias, descanso ou auxílio doença.

De acordo com Estevão (1999) a profissão de Serviço Social possui “pai” e “mãe”, sendo respectivamente a cidade e a indústria. Vivia-se um período de êxodo rural, inchaço nas grandes cidades e surgimento das indústrias. Assim, a profissão surgiria a partir da sociabilidade capitalista e a profissão foi criada como artífice da classe burguesa para manter quietos os da classe dos despossuídos.

Iamamoto e Carvalho (2006) afirmam que, desde seu surgimento, o Serviço Social tem a necessidade de autojustificar suas atividades e estratégias de atuação e de reconhecimento. Para atender às demandas postas à profissão, é necessária a constante reatualização e redimensionamento contínuo de suas práticas, variando de acordo com a conjuntura em que está inserida a prática em questão.

Nesse sentido, busca-se diariamente adequar a profissão às demandas postas pela sociedade capitalista em que estamos inseridos, respondendo assim às novas demandas que, até algumas décadas atrás, não existiam (Terceiro Setor, Justiça, Práticas Jurídicas, etc.).

O Serviço Social no âmbito empresarial não é uma demanda nova, porém, devido à reestruturação produtiva e o advento do neoliberalismo, cada vez mais os profissionais passam a ser chamados a atuarem nesse espaço sócio-ocupacional.

No âmbito empresarial, o Serviço Social emerge pouco após o Estado Novo, com o crescimento da política desenvolvimentista e ampliação do número de indústrias, como aponta Mota (2008). As primeiras atuações destes profissionais junto aos assalariados remonta à criação dos IAP, SENAI e SESI na década de 1940. Assim sendo, não é um campo novo de atuação, porém sempre sofreu muita resistência desde o âmbito acadêmico. A burguesia industrial passa a requerer respostas de novos profissionais dentro da empresa, vivenciando uma conjuntura marcada pela liberalização do regime político e pelo crescimento do movimento operário, apontando para um dos extremos que o compõe: seu funcionamento declarado e explícito como instrumento político-repressivo.

Para Mota (2008), as empresas não são consideradas tradicionais empregadoras de assistentes sociais, essas passaram a requisitar esses profissionais somente a partir de 1960 por determinações específicas das relações de trabalho e dos trabalhadores.

Mota (2008) aponta ainda que os Assistentes Sociais não são requisitados diretamente pelos trabalhadores, e sim pela empresa, já que seus gestores começam a ver a necessidade de tais profissionais compondo também seu quadro de funcionários, a fim de suprir as necessidades da empresa, fazendo a mediação, de forma que possam melhorar a qualidade de vida dos funcionários, melhorar a atuação deles no trabalho, e em retorno, ter seu lucro ampliado. Por ser o profissional que está assim inserido na divisão social e técnica

do trabalho coletivo, o assistente social vive o dilema entre a condição de trabalhador assalariado e a mediação dos interesses empresariais junto aos demais trabalhadores.

A atuação dos assistentes sociais nas empresas encontra respaldo em uma relação de poder, na qual, por um lado, os profissionais têm por dever atender às necessidades do capital e, por outro, oferecer os mínimos sociais à classe trabalhadora bem como sua família.

De acordo com Montañó (2007) só se mantém “viva” a profissão que é capaz de captar demandas emergentes, e em troca dar respostas, soluções. Assim, a pesquisa social é sempre útil e válida, a fim de que se apreenda a realidade que se vivencia, para, a partir disso, elaborar bons planejamentos de modo a proporcionar respostas as novas questões interventivas.

#### **4 METODOLOGIA**

Quanto aos aspectos metodológicos, este estudo possui natureza qualitativa, utilizou pesquisas de campo e documental, assim como dados quantitativos para fins descritivos. O estudo envolveu 148 participantes: 5 coordenadores de curso, 6 professores indicados e 137 alunos do último período de seis cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Rio Grande do Norte, oferecidos por instituições públicas ou privadas, localizadas em Mossoró (2), Assu (1), Caicó (1) e Natal (2), no ano de 2017. Realizaram-se entrevistas semiestruturadas com coordenadores e professores, enquanto se aplicaram questionários fechados a alunos, além da utilização de diário de campo. Gravaram-se todas as entrevistas e, logo após, procedeu-se com sua transcrição, como explicado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado por cada participante. A partir disso, houve análise interpretativa das entrevistas e dados quantitativos obtidos.

#### **5 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

##### **5.1 Revisitando os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs)**

Os cursos de Serviço Social pautam-se em um PPC que está referenciado ao Projeto Ético Político da profissão e demais normativas da educação no país. A graduação em Serviço Social é regulamentada pelo Ministério da Educação (MEC), por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais, pela profissão, por meio da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/1993), pela normatização ética (Código de Ética) e Diretrizes Curriculares de Serviço Social (1996) – estas legitimam um currículo mínimo a ser seguido.

Essa graduação deve ocorrer em, no mínimo, 4 anos, 8 semestres, tendo uma série de disciplinas a cumprir, bem como Estágio Supervisionado em Serviço Social e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), para poder receber a certificação de bacharel em Serviço Social.

Para responder à primeira etapa do processo metodológico desta pesquisa, realizou-se uma breve análise dos PPCs dos cursos investigados, para se analisar a relação desses PPCs, na formação profissional, com a temática RS. É importante ressaltar que, no universo de seis faculdades investigadas, somente quatro disponibilizaram os PPCs. Nesse universo, duas são públicas, funcionando diuturnamente, e quatro são privadas, com funcionamento noturno. A organização curricular das mesmas gira entre 2.835 horas/aula a 3.745 horas/aula, pautado nas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa da profissão, compreendendo o papel investigativo e interventivo da profissão. Organizam-se em torno de três eixos centrais, sendo eles: O Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, o Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional.

Fazendo-se uma análise mais acurada e buscando de fato o foco central da pesquisa, que é perceber como o conhecimento acerca da RS é abordado nos cursos presenciais de Serviço Social no Rio Grande do Norte, observa-se que nenhum PPC, ao apresentar sua matriz curricular, oferece uma disciplina específica para tratar a temática. Entende-se que tal fato seja em decorrência de ser uma profissão mais voltada ao universo público, sendo esse o maior empregador.

Há a possibilidade de a temática ser trabalhada de forma “transversal” em algumas disciplinas, como, por exemplo, as disciplinas obrigatórias de Administração e Planejamento em Serviço Social, Direito e Legislação Social, Política Social, Serviço Social e Processo de Trabalho. As disciplinas em questão vinculam-se transversalmente à RS quando discutem temáticas relacionadas aos direitos dos trabalhadores, processo de trabalho, direções político-ideológicas do desenvolvimento sustentável, terceiro setor, desenvolvimento urbano e agrário e suas implicações socioambientais. Essas disciplinas, somadas às demais, são responsáveis por conduzir a formação de um profissional capaz de realizar a mediação profissional com o olhar singular do assistente social, porém, fazendo o percurso entre a totalidade do fato social à particularidade, e vice-versa.

Pensando-se a RS em uma dimensão macro, extrapolando-se a questão unicamente dos cursos de Serviço Social, há de se ressaltar que está presente, nos PPCs disponibilizados pelas faculdades privadas, o compromisso social das instituições (como um todo) com a “Responsabilidade Social”, em contribuir com o meio em que estão inseridas, por meio de pesquisa e extensão.

Desenha-se, então, uma formação ainda muito centrada no âmbito público, em que, por mais que se fale em totalidade, em espaços sócio-ocupacionais, em novas demandas ao Serviço Social e a esses o ato de "dar respostas", percebe-se que o Serviço Social, em termos de difusão dos efetivos fundamentos da profissão, ainda está muito discreto e necessitando ser "maturado", mostrando-se de um modo em que as discussões prioritárias parecem girar somente em torno da seguridade social (saúde, assistência social e previdência social).

## 5.2 O que pensam os coordenadores de curso sobre a relação Serviço Social e Responsabilidade Social

No processo de organização dos cursos e formação profissional, há a figura do coordenador de curso de Serviço Social. A Lei de Regulamentação da Profissão indica, em seu artigo 5º, que essa função é atribuição privativa do assistente social: "VII – dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação" (BRASIL, 1993). É válido ressaltar que, em meio à atual conjuntura vivenciada no país e no rol de cursos buscados para pesquisa, encontraram-se profissionais de outras áreas do saber desenvolvendo a função de coordenação de curso de Serviço Social.

Assim, elencam-se algumas falas mais significativas, nas quais se podem perceber as seguintes colocações ao se tratar a temática RS:

Na disciplina obrigatória Serviço Social e Processos de Trabalho, existe a possibilidade de o docente responsável expor e discutir com os discentes dimensões inerentes ao trabalho do assistente social em empresas e, conseqüentemente, a temática da responsabilidade social. Tendo em vista que as referidas disciplinas apresentam como parte de seu conteúdo a discussão e análise acerca do trabalho do assistente social nos diversos espaços sócio-ocupacionais, evidenciando, dentre outros aspectos, as demandas apresentadas a esse profissional e suas possibilidades de atuação. [...] No entanto, não se trata de disciplina que trata exclusivamente do Serviço Social inserido em empresas que assim vai atuar com conceito de responsabilidade social (Coordenadora 1).

A fala da Coordenadora 1 reforça que há possibilidade de o docente trabalhar, mesmo que de forma transversal, a temática em algumas disciplinas obrigatórias. A fala da Coordenadora 2 reforça a ideia:

Na realidade, nosso PPC, ele tem uma disciplina, mas tem um tempo que essa disciplina não é ofertada justamente assim, porque tem muito a ver aquela disciplina que é ofertada, disciplinas optativas, seminários e oficinas, elas também têm muito a ver com a condição do próprio professor, porque, como são temas mais livres, então você precisa ter o docente que está fazendo aquela discussão e nós tínhamos, assim, a professora XXX fazendo essa discussão de meio ambiente nessa questão mais agrária, rural, etc. e aí, ela ministrou essa disciplina, só que ela saiu para o doutorado, se eu não me engano, e depois que ela voltou, voltou há dois anos, ela ainda não ministrou novamente (Coordenadora 2).

A fala reforça considerações levantadas e apontadas por Mansur (2012), de que “não há preocupação no Serviço Social, o que denota descaso com o tema e com esses novos espaços ocupacionais, o que pode sugerir algum preconceito, já que não ocorre em sua maioria em espaço governamental, fortalece o capital e a desresponsabilização do Estado com a questão social”. Essa fala ainda demonstra responsabilização a um único profissional que faz tal discussão, corroborando, assim, o que outrora se apresentou e demonstrando que a discussão sobre RS e Serviço Social não se faz presente de forma significativa no interior do curso, não sendo difundida no seio acadêmico e, reforçando aquilo já apresentado, a centralização em temáticas vinculadas especialmente à seguridade social e ao âmbito público.

Fazendo-se um adendo, a Coordenadora 1 reforça tal realidade, quando questionada sobre qual forma os novos espaços sócio-ocupacionais são trabalhados na formação profissional, indicando que:

Considerando-se a perspectiva de uma formação profissional generalista, acredita-se que o curso de Serviço Social prepara os alunos para uma futura possível atuação em empresas que trabalham com o referido conceito, mediante conteúdos que podem ser contemplados em determinadas disciplinas. Todavia, entendemos que determinadas áreas de atuação ou de inserção do assistente social são mais contempladas, especialmente aquelas que, no Brasil, tradicionalmente, vêm contratando um maior número de profissionais (assistência social e saúde) (Coordenadora 1).

Imbuídos do sentimento de que se faz necessário oxigenar a formação profissional, para que as falas de “romper com práticas tradicionais” sejam, de fato, colocadas em prática, haja vista que a formação vai por um norte ético de enfrentamento à sociedade capitalista, mas que, como bem indica Guerra (2000), a profissão serve, também, à manutenção desta. Assim, a profissão não pode, ainda, estar em descompasso com o que a sociedade capitalista impõe ou sem ocupar espaços que deviam ser assumidos por assistentes sociais, por ausência de fomento do conhecimento.

Sintetizando-se as informações trazidas pelas coordenadoras de curso, percebe-se que há um conhecimento acerca da RS, indicando a presença dela nos PPCs e de forma indireta nas disciplinas, já que a formação do assistente social deve se dar de forma generalista. Assim, fica clarificada a necessidade de se ampliarem as discussões sobre espaços de atuação que não são mais nem tão novos e que chamam por esse profissional, sendo necessário que as problematizações se iniciem no seio acadêmico, para fornecer subsídios teóricos ao profissional para atuação.

### 5.3 O que os professores falam sobre formação profissional e RS



Dando continuidade ao percurso metodológico, chega-se ao momento em que se entrevistaram professores indicados pelas coordenações acadêmicas dos cursos, com vista a, também, perceber o olhar docente a respeito do conceito e formação dos alunos a partir da temática ora abordada. É mister salientar que os coordenadores dos cursos tiveram liberdade para apontar os docentes que tivessem alguma familiaridade à temática, ou que a trabalhem em alguma disciplina.

Iniciou-se fazendo o questionamento acerca da compreensão dos entrevistados sobre o que vem a ser RS, a partir de seu olhar enquanto assistente social:

A temática da RS é extremamente ampla e envolve muitas dimensões, sendo difícil, portanto, conceituá-la de forma unívoca. Mas, tentando sintetizar o conceito, se pode pensar no campo da gestão socialmente responsável, que envolve tanto aspectos internos quanto externos da organização. Ou seja, tratar da responsabilidade social nos remete a pensar nas dimensões econômica, ambiental e social em relação às formas de fazer negócio das organizações (Professora 3).

A docente em questão discute tal temática, inclusive, no seu processo formativo de mestrado e doutorado, sendo pesquisadora de vários projetos, na área.

A responsabilidade social é uma expressão que denota interação e cidadania, no sentido de que é uma ação que busca estimular a construção da cidadania e o desenvolvimento do cidadão na sociedade considerando o meio ambiente, os direitos humanos e sociais e as demais questões que contribuem para o bem-estar coletivo; contudo, na vida cotidiana e no senso comum, o termo traz uma conotação mais voltada para ser uma estratégia do capital, das empresas capitalistas, para amenizar as mazelas sociais que a lógica excludente neoliberal expande na sociedade através de ações sociais e comunitárias. Assume no senso comum, por vezes, uma ideia de voluntariado e filantropia (Professora 4).

A Professora 4 reafirma as limitações existentes ainda hoje no que diz respeito ao entendimento da temática, pois percebe como o conceito RS é abordado a partir da face da filantropia empresarial com cunho voluntarista.

Findando-se esse debate, entende-se que a fala da Professora 2 tem um olhar geral de toda essa questão, quando ela diz:

Entendo como demanda e como espaço amplo de atuação profissional, assim como todos os outros espaços. É um espaço, dentro do ponto de vista do Serviço Social, espaço contraditório, mas aí eu pergunto, também, qual espaço de atuação não é contraditório? Então, se nós deixarmos de atuar nesse espaço por ele ser espaço contraditório, já que a responsabilidade social, ela retroalimenta esse lucro de uma outra forma, pode dar uma guinada nisso dentro da própria instituição e da relação dela com a sociedade. Eu também penso que é dessa forma que a gente age em todos os espaços ocupacionais, então, eu penso que, inclusive, é um redimensionamento dos nossos espaços que nós estamos sofrendo em meio a toda essa conjuntura que nós estamos vivenciando, que a gente não apenas vivencia o redimensionamento das expressões da questão social, mas, com isso e atendendo o princípio de que a nossa profissão, ela não é uma ilha isolada, e que se as expressões sociais, elas se redimensionam no nosso fazer profissional, eu acredito que é um espaço rico e amplo e como todo deve ser ocupado, né? Pelos profissionais e, sobretudo, a partir de uma nova perspectiva, de uma nova roupagem, né? Porque eu acredito muito que a cara do Serviço Social quem dá somos nós, em qualquer espaço sócio-ocupacional (Professora 2).

Assim, reflete-se que a atuação do assistente social, como bem aponta Guerra (2000), é contraditória, pois atua em processos ambíguos, inseridos em espaços criados pela lógica capitalista, reforçando-a, atuando, ainda, com situações contraditórias e mediando interesses distintos. Finda-se esse entendimento com a perspectiva de que RS é sim demanda para o Serviço Social e que precisa ser socialmente ocupada para dar respostas profissionais que são requeridas, e, caso não se consiga ocupá-la, outros profissionais, de outros saberes, o farão.

#### 5.4 Como os alunos percebem os conhecimentos sobre Responsabilidade Social em sua formação profissional

Para atender a esse último elemento proposto no percurso metodológico, realizou-se pesquisa com alunos dos últimos períodos de graduação dos cursos de Serviço Social pesquisados, para identificar quais suas percepções acerca de sua formação profissional de modo mais amplo e relacionado diretamente à temática proposta. As questões levadas aos discentes eram de múltipla escolha, para se observar a concordância, sendo agregadas para apurar esse resultado.

Para, então, iniciar, analisa-se o que eles compreendem de forma ampla sobre sua formação profissional, percebeu-se que há equilíbrio entre aqueles que apontam possuírem condições de atuar respondendo a todas as demandas (31% cursos públicos e 37% cursos privados) e aqueles que indicam não possuírem subsídio suficiente mesmo com a formação generalista (33% cursos públicos e 30% cursos privados). Mesmo que muito sutil, demonstra-se que os alunos das universidades públicas são mais críticos quanto à sua formação. Nas duas primeiras categorias, que falam de uma formação mais completa, eles apresentam percentuais mais baixos. Já nas duas últimas categorias, que apontam as limitações da formação, o percentual aumenta.

Tratando-se especificamente sobre os conhecimentos fomentados na academia acerca da RS, começa-se questionando sobre o que entendem sobre a temática. 54% dos cursos públicos e 52% dos cursos privados indicam como sendo ações que equilibram as dimensões ética, econômica e legal das empresas.

Pode-se, então, perceber que há um forte entendimento deles (sejam de universidade pública ou privada) a partir da compreensão da RS como agente que busca equilibrar as dimensões ética, legal e econômica da empresa, conceito sustentado por Schwartz e Caroll (2003).

Os dados estão mais próximos, se analisados a partir da natureza jurídica, porém, o que mais chama atenção é que nenhum aluno das universidades públicas marcou RS como

ação filantrópica, demonstrando conhecimento e criticidade acerca da temática, reforçando os conceitos trabalhados e defendidos por este estudo.

Dando prosseguimento e com vistas a esclarecer de que forma esse conhecimento se deu na formação profissional, questionou-se se havia sido repassado de forma ampla e clara em alguma disciplina.

A maioria expressiva dos discentes dos cursos privados, 67%, indica que não teve esse conhecimento trabalhado de maneira ampla e clara em alguma disciplina, o que, de fato, corrobora o conhecimento superficial. Já a realidade apresentada nos cursos públicos indica que 82% tiveram maior aproximação de tal temática em disciplinas específicas.

Ao serem questionados sobre a responsabilidade social enquanto demanda para o Serviço Social, 54% dos cursos públicos e 62% dos cursos privados indicam que é sim uma demanda que se aproxima do fazer profissional do Assistente Social, e, para tanto devem ser dadas respostas.

Fechando a discussão referente ao que os discentes pensam sobre sua formação profissional em paralelo à RS, percebe-se que eles compreendem a RS como estratégia de equilibrar e responder às dimensões ética, legal e econômica da organização, indicando que sua formação é de forma generalista, havendo descompasso entre aqueles que afirmam estarem capacitados para atuar em todas as áreas e aqueles que apontam ainda terem lacunas na formação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o término deste processo investigativo, conclui-se que foi possível atender aos objetivos inicialmente propostos e analisar de que forma o conhecimento acerca da RS materializa-se nos cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Rio Grande do Norte.

Dessa forma, fazendo um paralelo dos nossos objetivos propostos e a realidade encontrada, percebe-se que, nos PPCs dos cursos presenciais de graduação em Serviço Social do Rio Grande do Norte, o viés da RS apresenta-se de forma limitada, como tema secundário, com tópicos específicos apenas em algumas disciplinas obrigatórias, como Administração e Planejamento em Serviço Social, Política Social, Serviço Social e Processo de Trabalho, quando trabalham algumas temáticas que se vinculam à RS, mas sem centralidade nela.

Se remontarmos os objetivos que tinham sido traçados para vislumbrar a concepção acerca da RS presente nos discursos de coordenadores e professores, e trazidos à tona as colocações das coordenações de cursos, reforça-se a transversalidade e caráter secundário com que a temática RS é trabalhada na formação profissional, haja vista não ser uma área

tradicional na profissão, bem como grande centro empregador (âmbito empresarial) dessa classe, sendo reforçado o caráter generalista da formação em Serviço Social, mas com foco nas políticas públicas de seguridade social.

Por fim, quando confrontado o objetivo inicial que se tinha, de averiguar a percepção dos alunos dos cursos de Serviço Social do Rio Grande do Norte sobre a temática e sua formação, com relação à RS, visualiza-se aquilo que os discentes apontam por meio de questionários, demonstram em sua maioria, o entendimento de sua formação enquanto generalista, porém, não se sentem com subsídios suficientes para atuarem em todas as áreas, sendo acompanhados pela indicação nas lacunas deixadas no desenvolvimento profissional acadêmico.

Em meio a todas essas lacunas apresentadas ao se pensar sobre conhecimentos que vinculem Serviço Social e RS, entende-se que essa demanda deve ser respondida pela profissão, que carece de aprofundamento teórico para embasar futura atuação, com discussões sobre uma atuação crítica e propositiva na área.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Angela Santana; CESAR, Monica de Jesus. **O trabalho do assistente social nas empresas capitalistas**. São Paulo: CEAD, 2009.

COSTA, Antonio Gilberto Martins da. **Discurso e prática de responsabilidade social na visão dos trabalhadores diretos e terceirizados**: um estudo numa indústria de petróleo. 2013. 112 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Potiguar, Natal, 2013.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Primeiros Passos, 111).

GUERRA, Yolanda. Instrumentalidade no processo de trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2000. n. 62.

INSTITUTO ETHOS; SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Responsabilidade social empresarial para micro e pequenas empresas**: passo a passo. São Paulo, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela . **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico metodológica. 19. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]; CELATS, 2006.

MANSUR, Maria Cecília Costa. O Serviço Social nas fundações e instituições empresariais. In: SERRA, Rose. **Espaços ocupacionais e Serviço Social: ensaios críticos**. Jundiaí: Paco, 2012. p. 181-202.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social: um ensaio sobre sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução**. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete (Org.) **O feitiço da ajuda: as determinações do Serviço Social na empresa**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

RHEINHEIMER, Ivone. **Responsabilidade social empresarial: uma demanda para a formação em Serviço Social?** 2005. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

SCHWARTZ, Mark S.; CAROLL, Archie B. Corporate social responsibility: a three-domain approach. **Business Ethics Quarterly**, Cambridge, v 13, n. 4, p. 503-530, 2003.

SIQUEIRA, Elisabete Stradiotto. Responsabilidade social: o empreendedorismo e o social. **Organizações em Contexto**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 92-118, jul./dez. 2005.